

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

ORDEM DO DIA Nº 034/2015 SESSÃO ORDINÁRIA 28/09/2015

1 – 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 087/2015 – PREFEITO MUNICIPAL** – Dá nova redação ao artigo 42 e § 1º da Lei Complementar nº 081/2013. Processo nº 14426.

2 – 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 100/2015 – PREFEITO MUNICIPAL** - Autoriza o Executivo a doar área de sua propriedade à Associação Comercial e Industrial de Rio Claro - ACIRC. **EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR DALBERTO CHRISTOFOLETTI**. Processo nº 14444.

3 – 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 107/2015 – PREFEITO MUNICIPAL** – Dispõe sobre o percentual mínimo para os cargos de comissão a serem preenchidos por servidores públicos de carreira no âmbito da estrutura administrativa municipal. **EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DE VEREADORES**. Processo nº 14457.

4 – 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 109/2015 – PREFEITO MUNICIPAL** – Altera dispositivos da Lei Complementar 090 de 22 de dezembro de 2014 e dá outras providências. Processo nº 14459.

5 – 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 020/2015 – GERALDO LUIS DE MORAES** - Dispõe sobre a responsabilidade da sinalização de segurança para pedestres na entrada e saída de estacionamento, tais como faixas para pedestres, sinalizadores de alerta, placas de sinalização e dá outras providências. Parecer Jurídico nº 020/2015 – pela legalidade com ressalva. **EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR GERALDO LUIS DE MORAES**. Processo nº 14345.

6 – 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 039/2015 – JOÃO LUIZ ZAINÉ** - Dispõe sobre a proibição de trote estudantil nas instituições de ensino público e privado no município de Rio Claro e dá outras providências. Parecer Jurídico nº 039/2015 – pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 040/2015 – pela legalidade. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 030/2015 – pela aprovação. Processo nº 14366.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

7 – 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 040/2015 – ANDERSON ADOLFO CHRISTOFOLETTI** - Denomina de "EDNA MARIA DOS PASSOS DE SOUZA", a Quadra Poliesportiva, localizada na Avenida Saburo Akamine entre as Avenidas 40-Se e 42-Se, no Bairro Santa Eliza. Parecer Jurídico nº 040/2015 – pela legalidade. Processo nº 14370.

8 – 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 047/2015 – PAULO MARCOS GUEDES** - Denomina de "Jorcelino Quintino de Faria" a Unidade Básica de Saúde localizada na Avenida 62-A, entre o anel viário e a Rua 18-A, defronte ao número 1745, Orestes Armando Giovanni. Parecer Jurídico nº 047/2015 – pela legalidade. Ofício GP. 719/2015. **EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR PAULO MARCOS GUEDES.** Processo nº 14378.

9 – 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 048/2015 – JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** - Denomina de "UBS DR. EDUARDO REIS", a Unidade Básica de Saúde Mãe Preta/Vila Verde, localizada à Rua 19-RV entre Ruas 11-RV e 12-RV - Bairro Jardim Vila Verde - Rio Claro-SP. Parecer Jurídico nº 048/2015 – pela legalidade. Ofício GP. 720/2015. **EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU.** Processo nº 14380.

10 – 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 049/2015 – MARIA DO CARMO GUILHERME** - Denomina de "NEUSA MARIA MORTARI", o "PSF" Posto de Saúde da Família, localizado na Avenida 30 - Jardim Brasília defronte ao Campo do Juventus FC, Rio Claro. Parecer Jurídico nº 049/2015 – pela legalidade. Ofício GP. 718/2015. **EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DA VEREADORA MARIA DO CARMO GUILHERME.** Processo nº 14381.

11 – 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 050/2015 – RAQUEL PICELLI BERNARDINELLI** - Denomina a UBS Santa Elisa, de "Renato Paludete". Parecer Jurídico nº 050/2015 – pela legalidade. Ofício GP. 721/2015. **EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DA VEREADORA RAQUEL PICELLI BERNARDINELLI.** Processo nº 14382.

12 – 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 051/2015 – JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU E AGNELO DA SILVA MATOS NETO** - Dispõe sobre recuo mínimo, garagem e rebaixamento de guias nos Loteamentos de Interesse Social e dá outras providências. Parecer Jurídico nº 051/2015 – pela legalidade. Ofício TELEFONICA BRASIL S/A. Processo nº 14383.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

13 – 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 052/2015 – AGNELO DA SILVA MATOS NETO** - Denomina de "UBS JOSÉ CARLOS ALVES", a Unidade Básica de Saúde do Jardim Progresso, localizada à Avenida M-37 entre Ruas M-35 e M-33 - Jardim Progresso - Rio Claro-SP. Parecer Jurídico nº 052/2015 – pela legalidade. Ofício GP. 716/2015. **EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR AGNELO DA SILVA MATOS NETO.** Processo nº 14384.

14 – 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 053/2015 – SERGIO MORACIR CALIXTO** - Denomina de "Professor José Jaime Isler", a Avenida 13-NV - Jardim Nova Veneza. Parecer Jurídico nº 053/2015 – pela legalidade. Ofício GP. 723/2015. Processo nº 14385.

15 – 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 057/2015 – DALBERTO CHRISTOFOLETTI** - Denomina "LEONEL BRIZOLA" a CRECHE do Jardim Guanabara. Parecer Jurídico nº 057/2015 – pela legalidade. Ofício nº 037/2015 – Secretaria Municipal da Educação. Processo nº 14389.

16 – 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 059/2015 – DALBERTO CHRISTOFOLETTI** - Denomina "MÉDICOS SEM FRONTEIRAS" a Unidade Básica de Saúde do Bairro Bela Vista. Parecer Jurídico nº 059/2015 – pela legalidade. Ofício nº GP. 717/2015. **EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR DALBERTO CHRISTOFOLETTI.** Processo nº 14391.

17 – 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 067/2015 – JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** - Assegura a reserva de vagas para idosos no sistema de estacionamento rotativo, nas vias e logradouros públicos do Município de Rio Claro, independente de pagamento, e dá outras providências. Parecer Jurídico nº 067/2015. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 056/2015. Ofício Diretoria Jurídica. Ofício GVJL 299/2015. **EMENDAS EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU.** Processo nº 14401.

18 – 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 076/2015 – RAQUEL PICELLI BERNARDINELLI** - Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência de cadeira de rodas em edifícios residenciais e comerciais localizados no município de Rio Claro. Parecer Jurídico nº 076/2015 – pela legalidade com ressalva. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 060/2015 – pela legalidade. Parecer de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 016/2015 – pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 044/2015 – pela aprovação. **EMENDAS EM SEPARADO DE AUTORIA DA VEREADORA RAQUEL PICELLI BERNARDINELLI.** Processo nº 14411.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

19 – 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 078/2015 – PAULO MARCOS GUEDES** – Denomina de “Henrique Pinhat” a Praça localizada na Rua M-4-A, em confluência com a Rua M-4 e Avenida M-17, Vila Martins. Parecer Jurídico nº 078/2015 – pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 070/2015 – pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 059/2015 – pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 051/2015 – pela aprovação. Ofício GP. 847/2015. Processo nº 14413.

20 – Discussão e Votação Única do **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/2015 – JOÃO TEIXEIRA JÚNIOR** – Altera o artigo 174 da Resolução 244/2006 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro. Parecer Jurídico s/nº. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 085/2015 – pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 060/2015 – pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 064/2015 – pela aprovação. Processo nº 14441.

+++++

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 087/2015

PROCESSO Nº 14426

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

(Dá nova redação ao artigo 42 e § 1º da Lei Complementar nº 081/2013).

Artigo 1º - O artigo 42 e o § 1º da Lei Complementar nº 081, de 25 de setembro de 2013 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 42 - O Município através de seu órgão competente procederá à reavaliação e à revalidação de loteamento e/ou desdobramento já aprovado onde não houver alteração no projeto original, sendo isento de novas taxas."

"§ 1º - O projeto de loteamento e/ou de desmembramento já aprovado e ainda não registrado em Cartório, poderá ter aprovada sua revalidação, ficando condicionado ao pagamento da taxa administrativa do protocolo, desde que o projeto não tenha sido alterado e o interessado apresente o comprovante do recolhimento anterior da respectiva taxa."

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 12 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária de 21/09/2015 – 2/3.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 100/2015

PROCESSO Nº 14444

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI

(Autoriza o Executivo a doar área de sua propriedade à Associação Comercial e Industrial de Rio Claro - ACIRC).

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, com fundamento no artigo 107, caput e inciso I, "a", da Lei Orgânica Municipal, autorizado a doar à Associação Comercial e Industrial de Rio Claro - ACIRC imóvel de sua propriedade, a seguir descrito:

"IMÓVEL: Prédios nº 1652, com área coberta de 94,18m² e 1662, com área coberta de 39,36m², ambos da rua 3, e nº 269 da avenida 12, com área coberta de 97,60m², E SEU RESPECTIVO TERRENO, na quadra completada pela rua 2 e a avenida 10, situado neste Município e Comarca de Rio Claro-SP, cujo terreno assim se descreve: inicia no ponto 1, localizado no alinhamento predial da avenida 12, lado ímpar, distante 1,70 metros do ponto de interseção deste alinhamento com o alinhamento predial da rua 3; daí segue pelo alinhamento predial da avenida 12, com azimute de 94°37'59" e distância de 35,33 metros até o ponto 2; daí segue com azimute de 182°47'03" e distância de 13,28 metros, confrontando com o prédio nº 241 da avenida 12, ocupado por Debora Regina Tavares Ribeiro até o ponto 3; daí segue com azimute de 273°55'45" e distância de 19,37 metros, confrontando com o imóvel de propriedade do Município de Rio Claro (matrícula nº 34.034) até o ponto 14; daí segue com azimute de 272°25'19" e distância de 17,52 metros, confrontando com o imóvel de propriedade do Município de Rio Claro (matrícula nº 34.034) até o ponto 13, localizado no alinhamento predial da rua 3, lado par; daí segue pelo alinhamento predial da rua 3, com azimute de 2°16'48" e distância de 12,50 metros até o ponto 7; daí segue pelo chanfro de esquina com a rua 3 com a avenida 12, com azimute de 48°27'23" e distância de 2,35 metros até o ponto 1, que iniciou essa descrição, encerrando área de 501,70 metros quadrados."

Artigo 2º - A doação de que trata o artigo 1º destina-se exclusivamente à construção de prédio para a instalação da sede da Associação Comercial e Industrial de Rio Claro - ACIRC, nos mesmos termos previstos na Lei Municipal nº 4.451/2013.

Artigo 3º - Além da construção de sua sede, a Associação Comercial e Industrial de Rio Claro - ACIRC se compromete ainda a ceder gratuitamente espaço para abrigar os parceiros mencionados no artigo 3º da Lei nº 4.451/2013, em local apropriado ao atendimento da população, sob pena de revogação da doação.

Artigo 4º - Fica a Associação Comercial e Industrial de Rio Claro - ACIRC obrigada a finalizar as obras destinadas à construção da sede e do espaço destinado aos parceiros no prazo de cinco anos contados a partir da efetivação desta doação.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Artigo 5º - Eventual alteração dos encargos previstos na presente Lei e prorrogação do prazo estabelecido no artigo anterior somente poderão ocorrer mediante justificativa prévia e com a autorização do Poder Executivo Municipal.

Artigo 6º - O não cumprimento por parte da Donatária do disposto nesta Lei importará no cancelamento da doação, retornando o imóvel ora doado ao Patrimônio do Município, não cabendo à Associação Comercial e Industrial de Rio Claro - ACIRC qualquer indenização ou reembolso por eventuais benfeitorias ou construções realizadas no imóvel.

Artigo 7º - Em quaisquer das hipóteses preconizadas nos artigos antecedentes desta Lei, a revogação operar-se-á automaticamente, independentemente de aviso, interpelação ou notificação da Donatária, revertendo imediatamente a propriedade do imóvel doado ao domínio pleno da Municipalidade.

Artigo 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 10 votos favoráveis e 01 contrário em 1ª Discussão na Sessão Ordinária de 17/08/2015 – 2/3.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Rio Claro, 18 de Agosto de 2015

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI 100/2015

Acrescenta ao Artigo 3º o seguinte:

Parágrafo Único: Fica ainda a ACIRC – Associação Comercial e Industrial de Rio Claro obrigada a realizar como contrapartida da doação de terreno público, BENFEITORIAS relacionadas ao asfaltamento de vias ainda não contempladas com esta melhoria no município de Rio Claro-SP. As citadas BENFEITORIAS devem perfazer um total de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) e serem concluídas no prazo máximo de 10 (dez) meses a contar da aprovação desta lei, sob pena de revogação da doação do terreno público a que se refere este Projeto.



José Pereira dos Santos

Líder do PTB na Câmara Municipal



Dalberto Christofolletti

Líder do PDT na Câmara Municipal

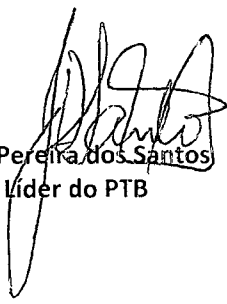
Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Rio Claro, 24 de setembro de 2015.

Senhor Presidente,

Como Vereador Líder do PTB, solicito a retirada da minha assinatura na Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 100/2015, onde acrescenta o Parágrafo Único ao Artigo 3º, tendo em vista não concordar mais com referida Emenda.


José Pereira dos Santos
Líder do PTB

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 107/2015

PROCESSO Nº 14457

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

(Dispõe sobre o percentual mínimo para os cargos de comissão a serem preenchidos por servidores públicos de carreira no âmbito da estrutura administrativa municipal).

Artigo 1º - Os cargos de provimento em comissão, assim entendidos os de direção, chefia e assessoramento serão preenchidos por servidores de carreira, num percentual mínimo de 31 por cento, respeitando-se as condições de provimento e de qualificação exigidas.

Parágrafo Único - Os cargos referidos no *caput* deste artigo referem-se aqueles existentes na administração direta e indireta, independentemente da sua denominação.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Art. 2º da Lei Complementar nº 034, de 15 de janeiro de 2009, Art. 18 da Lei Complementar nº 089, de 22 de dezembro de 2014, Art. 8º da Lei Complementar 091, de 22 de dezembro de 2014 e Art. 13 da Lei Complementar 093 de 22 de dezembro de 2014.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 07 votos favoráveis e 04 contrários em 1ª Discussão na Sessão Ordinária de 21/09/2015 – Maioria Absoluta.

Estado de São Paulo

Rio Claro, 24 de setembro de 2015.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 109/2015

PROCESSO Nº 14459

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

(Altera dispositivos da Lei Complementar 090 de 22 de dezembro de 2014 e dá outras providências).

Artigo 1º - O Artigo 1º da Lei Complementar 090/2014 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 1º - Fica instituído o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Municipais da Administração Direta de Rio Claro (...)"

Artigo 2º - O inciso VI do Artigo 2º da Lei Complementar 090/2014 passa a ter a seguinte redação:

"VI - Cargo em Comissão: unidade laborativa com denominação própria, criada por lei, com número certo, que implica no desempenho, pelo seu titular, de um conjunto de atribuições e responsabilidades de direção, chefia ou assessoramento, provido através de livre nomeação e exoneração, nos termos do art. 37, V da Constituição Federal (...)"

Artigo 3º - Fica acrescentado o § 3º no Artigo 14 da Lei Complementar 090/2014:

"§ 3º - Para fins de Progressão Vertical e Horizontal, é computado como uma falta a somatória de 02 (duas) faltas por meio período, sejam elas justificadas ou injustificadas, conforme com o §2º do Artigo 16 e §2º do Artigo 19 da Lei Complementar 090/2014.

Artigo 4º - A tabela constante do anexo I da Lei Complementar 090/2014 passa a ter a seguinte redação:

ANEXO I - QUADRO GERAL DE CARGOS

| ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO | | | | |
|-------------------------------|-------|---|----------------|----------|
| CARGO | VAGAS | EXIGÊNCIA | GRUPO SALARIAL | JORNADA |
| Agente Operacional | 508 | Ensino Fundamental Incompleto | A | 40 horas |
| Agente de Serviços Gerais | 315 | Ensino Fundamental Incompleto | A | 40 horas |
| Sepultador | 9 | Ensino Fundamental Incompleto | A | 40 horas |
| Vigia Patrimonial | 141 | Ensino Fundamental Incompleto | B | 40 horas |
| Operador de Máquinas | 39 | Ensino Fundamental Completo com CNH categoria D | C | 40 horas |
| Mecânico | 6 | Ensino Fundamental Incompleto | C | 40 horas |

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

| ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO | | | | |
|-----------------------------------|-------|---|----------------|----------|
| CARGO | VAGAS | EXIGÊNCIA | GRUPO SALARIAL | JORNADA |
| Condutor de Veículos | 120 | Ensino Fundamental Completo com CNH categoria D | C | 40 horas |
| Agente de Serviços de Alimentação | 291 | Ensino Fundamental Completo | B | 40 horas |
| Agente de Suporte Cultural | 2 | Ensino Fundamental Completo | C | 40 horas |
| Agente de Manutenção | 142 | Ensino Fundamental Completo | D | 40 horas |
| Agente Funerário | 6 | Ensino Fundamental Completo com CNH categoria D | D | 40 horas |

| ENSINO MÉDIO | | | | |
|--------------------------------|-------|--|----------------|----------|
| CARGO | VAGAS | EXIGÊNCIA | GRUPO SALARIAL | JORNADA |
| Agente Escolar | 72 | Ensino Médio Completo | E | 40 horas |
| Agente Educacional | 503 | Ensino Médio Completo | E | 40 horas |
| Atendente de Comunicação | 2 | Ensino Médio Completo | E | 40 horas |
| Educador Social | 32 | Ensino Médio Completo | E | 40 horas |
| Assistente de Gestão Municipal | 182 | Ensino Médio Completo | F | 40 horas |
| Técnico Agrícola | 11 | Ensino Médio Completo com registro no Conselho | G | 40 horas |
| Técnico em Agrimensura | 4 | Ensino Médio Completo com registro no Conselho | G | 40 horas |
| Técnico Contabilidade | 9 | Ensino Médio Completo com registro no Conselho | G | 40 horas |
| Técnico Edificações | 3 | Ensino Médio Completo com registro no Conselho | G | 40 horas |
| Técnico Enfermagem | 2 | Ensino Médio Completo com curso técnico em Enfermagem e registro no Ministério do Trabalho | G | 40 horas |
| Técnico Informática | 6 | Ensino Médio Completo com curso técnico | G | 40 horas |
| Técnico Nutrição | 8 | Ensino Médio Completo com curso técnico em Nutrição ou Dietista | G | 40 horas |
| Técnico Segurança do Trabalho | 5 | Ensino Médio Completo com curso técnico | G | 40 horas |
| Agente Fiscalização | 34 | Ensino Médio Completo | H | 40 horas |
| Fiscal de Tributos | 16 | Ensino Médio Completo | H | 40 horas |
| Agente Mobilidade Urbana | 40 | Ensino Médio Completo | H | 40 horas |

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

| ENSINO SUPERIOR | | | | |
|---|----------|--|-------------------------------|-----------------|
| CARGO | VAGAS | EXIGÊNCIA | GRUPO SALARIAL | JORNADA |
| Analista de Comunicação | 2 | Curso superior completo em Comunicação Social | J | 40 horas |
| Analista de Gestão Municipal | 12 | Curso superior completo em Administração Pública, Administração, Direito, Economia, Sociologia, Ciências Contábeis ou Ciências Sociais | I | 40 horas |
| Analista de Meio Ambiente e Planejamento Urbano | 14 | Curso superior completo em <u>Biologia, Geografia, Geologia ou Gestão Ambiental</u> | I | 40 horas |
| Analista de Políticas Públicas | 4 | Curso superior completo em <u>Administração, Administração Pública, Sociologia ou Direito.</u> | I | 40 horas |
| Analista em Tecnologia da Informação | 8 | Curso superior completo em Ciências da Computação, Processamento de Dados ou Sistemas de informação | I | 40 horas |
| Arquiteto | 4 | Curso superior completo em arquitetura com registro | L | 40 horas |
| Assistente Social | 55 | Curso superior completo em serviço social com registro | I | 30 horas |
| Auditor Fiscal | 2 | Curso superior completo em <u>Ciências Contábeis, Direito ou Economia</u> | I | 40 horas |
| Bibliotecário | 1 | Curso superior completo em biblioteconomia com registro | I | 40 horas |
| Contador | 2 | Curso superior completo em ciências contábeis com registro | I | 40 horas |
| Educador Esportivo | 20 | Curso superior completo em educação física | I | 20 horas |
| Engenheiro | 18 | Curso superior completo em engenharia com registro | L | 40 horas |
| Engenheiro Segurança do Trabalho | 2 | Curso superior completo em engenharia com especialização em segurança do trabalho com registro | L | 40 horas |
| Médico Ambulatorial | 4 | Curso superior completo em medicina com registro | K | 20 horas |
| Médico do Trabalho | 2 | Curso superior completo em medicina com registro e especialização em Medicina do trabalho | K | 20 horas |
| Médico Plantonista | 2 | Curso superior completo em medicina com registro | M | 24 horas |
| Fisioterapeuta | 4 | Curso superior completo em Fisioterapia com registro | I | <u>30</u> horas |
| Médico Veterinário | <u>5</u> | Curso superior completo em medicina veterinária com registro | I | 40 horas |
| Nutricionista | <u>2</u> | Curso superior completo em nutrição com registro | I | 40 horas |
| Procurador Judicial do Município | 12 | Curso superior completo em direito com registro | LC 027 de 13 de Maio de 2006* | 40 horas |
| Psicólogo | 18 | Curso superior completo em psicologia com registro | I | <u>30</u> horas |

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Artigo 5º - O cargo de Procurador Judicial do Município, para fins de remuneração e progressão na carreira, será regido pela Lei Complementar 027 de 13 de Maio de 2008.

Artigo 6º - Fica excluída a Descrição Sumária do cargo de Tecnólogo do anexo II da Lei Complementar 090/2014.

Artigo 7º - Ficam excluídas as disposições "Situação Atual" e "Situação Nova" do cargo de Tecnólogo do anexo IV da Lei Complementar 090/2014.

Artigo 8º - As tabelas constantes do anexo VI da Lei Complementar 090/2014 passam a ter a seguinte redação:

ANEXO VI - A

CARGOS EM EXTINÇÃO E EXTINÇÃO NA VACÂNCIA

| EXTINÇÃO NA VACÂNCIA | |
|--|------------------|
| CARGO | GRUPO SALARIAL |
| Dirigente de Creche | Art.39 desta Lei |
| Auxiliar Administração | C |
| Auxiliar de Biblioteca | C |
| Auxiliar Suprimentos | C |
| Escriturário | C |
| Instrutor | C |
| Operador Tele Atendimentos | D |
| Telefonista | D |
| Chefe Setor (AE-2) | G |
| Nível Chefe Seção (AE-3) | G |
| Nível (AE-4) | G |
| Técnico Desenhos e Projetos | G |
| Chefe de Turma | H |
| Chefe de Divisão (AE-5) | H |
| Chefe Seção (AE-5) | H |
| Nível Chefe Divisão (AE-5) | H |
| Supervisor Cadastro (AE-5) | H |
| Chefe de Seção de Cadastro e Controle (AE-6) | H |
| Coordenador Especial (AE-7) | H |
| Coordenador Turismo (AE-7) | H |
| Fotógrafo | H |
| Coordenador CPD (AE-8) | I |
| Tecnólogo | L |

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

| EXTINÇÃO NA DATA DE PUBLICAÇÃO DA LEI |
|---------------------------------------|
| CARGO |
| Auxiliar de Enfermagem |
| Auxiliar Desenvolvimento Social |
| Caldeirista |
| Enfermeiro |
| Fiscal Sanitário |
| Monitor de Esportes |
| Técnico Eletrônica |
| Técnico Eletrotécnica/Eletricidade |
| Técnico Planejamento |
| Técnico Químico |

ANEXO VI - B

SERVIDORES ESTABILIZADOS NÃO REGIDOS PELO ART. 19 DO ADCT - CARGOS E EMPREGOS EM EXTINÇÃO NA VACÂNCIA

| EXTINÇÃO NA VACÂNCIA | GRUPO SALARIAL |
|--|----------------|
| CARGOS/EMPREGOS | |
| Auxiliar Serviços Gerais | A |
| Jardineiro | A |
| Cozinheiro | B |
| Técnico Futebol | B |
| Auxiliar Administração | C |
| Auxiliar de Suprimentos | C |
| Operador de Máquinas Leves | C |
| Marceneiro | D |
| Pintor | D |
| Monitor de Creche | E |
| Monitor de Ensino | E |
| Técnico em Administração | F |
| Nível Chefe Seção (AE-3) | G |
| Nível Chefe Setor (AE-2) | G |
| Técnico Agrícola | G |
| Técnico Secretariado | G |
| Agente Fiscalização | H |
| Chefe de Divisão (AE-5) | H |
| Chefe de Divisão (AE-6) | H |
| Chefe de Turma | H |
| Chefe Seção (AE-5) | H |
| Chefe Seção de Baixa e Controle (AE-5) | H |
| Fiscal de Tributos | H |
| Nível Chefe Divisão (AE-5) | H |

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

ANEXO VI - C
EMPREGOS EM EXTINÇÃO NA VACÂNCIA

| EXTINÇÃO NA VACÂNCIA | |
|--|----------------|
| EMPREGOS | GRUPO SALARIAL |
| Agente Fiscalização | H |
| Agente Funerário | D |
| Ajudante Geral | A |
| Analista Cultural | I |
| Analista Planejamento | I |
| Arquiteto | L |
| Auxiliar Administração | C |
| Auxiliar de Biblioteca | C |
| Auxiliar Serviços Gerais | A |
| Auxiliar Serviços Técnicos | D |
| Borracheiro | E |
| Carpinteiro | D |
| Chefe de Divisão (AE-5) | H |
| Chefe de Turma | H |
| Chefe Seção (AE-5) | H |
| Coord Comunicação e Teleatendimento (AE-7) | H |
| Coordenador (AE-6) | H |
| Coveiro | A |
| Cozinheiro | B |
| Eletricista | D |
| Encanador | D |
| Encarregado de Corte Costura (AE-1) | E |
| Engenheiro | L |
| Escriturário | C |
| Ferreiro Armador | A |
| Inspetor de Alunos | E |
| Instrutor | C |
| Jardineiro | A |
| Marceneiro | D |
| Mecânico | C |
| Médico A FMS | K |
| Médico Plantonista | M |
| Monitor de Creche | E |
| Monitor de Ensino | E |
| Motorista | C |
| Nível Chefe Divisão (AE-6) | H |
| Nível Chefe Setor (AE-3) | G |
| Oficial de Manutenção | D |
| Operador de Máquinas Pesadas Tratorista | C |
| Operador Máquina Produção | A |
| Operador Máquinas Leves | C |
| Operador Máquinas Pesadas | C |
| Operador Sistemas Comunicação | E |
| Operador Usina Asfalto | A |

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

| | |
|-------------------------------|---|
| Pedreiro | D |
| Pintor | D |
| Procurador Judicial | J |
| Reparador de Alfalto | A |
| Serralheiro | D |
| Supervisor Incra (AE-5) | H |
| Técnico Agrícola | G |
| Técnico Agrimensura | G |
| Técnico Biblioteca | F |
| Técnico Desenhos e Projetos | G |
| Técnico Edificações | G |
| Técnico em Administração | F |
| Técnico Enfermagem | G |
| Técnico Secretariado | G |
| Técnico Segurança do Trabalho | G |
| Técnico Suprimentos | F |
| Tecnólogo | L |
| Vigia | B |

Artigo 9º - As tabelas constantes do anexo VII da Lei Complementar 090/2014 passam a ter a seguinte redação:

VII - QUADRO COMPLEMENTAR

| EMPREGOS | CARGOS CORRESPONDENTES | VAGAS |
|----------------------------|---|-------|
| Agente Fiscalização | Agente Fiscalização | 4 |
| Agente Funerário | Agente Funerário | 1 |
| Ajudante Geral | Agente Operacional | 140 |
| Analista Cultural | Analista de Políticas Públicas | 1 |
| Analista de Planejamento | Analista de Meio Ambiente e Planejamento Urbano | 1 |
| Analista Sistemas | Analista em Tecnologia da Informação | 1 |
| Arquiteto | Arquiteto | 1 |
| Auxiliar Serviços Gerais | Agente de Serviços Gerais | 20 |
| Auxiliar Serviços Técnicos | Agente de Manutenção | 6 |
| Carpinteiro | Agente de Manutenção | 3 |
| Coveiro | Sepultador | 3 |
| Cozinheiro | Agente de Serviços de Alimentação | 55 |
| Eletricista | Agente de Manutenção | 4 |
| Encanador | Agente de Manutenção | 2 |
| Engenheiro | Engenheiro | 3 |
| Ferreiro Armador | Agente Operacional | 1 |
| Inspetor de Alunos | Agente Escolar | 3 |
| Jardineiro | Agente Operacional | 5 |
| Marceneiro | Agente de Manutenção | 2 |
| Mecânico | Mecânico | 1 |
| Monitor de CEMI | Agente Educacional | 24 |
| Monitor de Ensino | Agente Educacional | 6 |

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

| | | |
|-------------------------------|----------------------------------|----|
| Motorista | Condutor de Veículo | 15 |
| Oficial de Manutenção | Agente de Manutenção | 1 |
| Operador Máquinas Leves | Operador de Máquinas | 1 |
| Operador Máquinas Pesadas | Operador de Máquinas | 4 |
| Operador Máquinas Produção | Agente Operacional | 1 |
| Operador Usina Asfalto | Agente Operacional | 1 |
| Pedreiro | Agente de Manutenção | 17 |
| Pintor | Agente de Manutenção | 4 |
| Procurador Judicial | Procurador Judicial do Município | 1 |
| Reparador de Asfalto | Agente Operacional | 11 |
| Serralheiro | Agente de Manutenção | 2 |
| Técnico Administração | Assistente de Gestão Municipal | 1 |
| Técnico Agrícola | Técnico Agrícola | 2 |
| Técnico Biblioteca | Assistente de Gestão Municipal | 2 |
| Técnico Edificações | Técnico Edificações | 1 |
| Técnico Enfermagem | Técnico Enfermagem | 1 |
| Técnico em Agrimensura | Técnico em Agrimensura | 1 |
| Técnico Recursos Humanos | Assistente de Gestão Municipal | 1 |
| Técnico Secretariado | Assistente de Gestão Municipal | 1 |
| Técnico Segurança do Trabalho | Técnico Segurança do Trabalho | 2 |
| Técnico Suprimentos | Assistente de Gestão Municipal | 1 |
| Vigia | Vigia Patrimonial | 9 |

Artigo 10 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 07 votos favoráveis e 04 contrários em 1ª Discussão na Sessão Ordinária de 21/09/2015 – Maioria Absoluta.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 020/2015

(Dispõe sobre a responsabilidade da sinalização de segurança para pedestres na entrada e saída de estacionamento, tais como faixas para pedestres, sinalizadores de alerta, placas de sinalização e dá outras providências).

Art. 1º - Ficam as empresas privadas que prestam serviços de guarda de veículos de forma gratuita ou remunerada, em estacionamentos privados, na forma especificada no Parágrafo Único deste artigo, responsáveis por prover segurança aos pedestres que transitam defronte a entrada e saída de veículos do estacionamento por meio de sinalizadores luminosos de alerta, faixa de segurança para os pedestres, placas sinalizadoras e orientação do fluxo de veículos pelos guardas das guaritas.

Parágrafo Único - Para o fim de que trata este artigo, consideram-se equipamentos para prevenção de riscos de acidentes aos transeuntes que circulam nas calçadas das vias públicas:

I - Faixas de segurança para pedestres na via de entrada e saída;

II- Sinalizadores luminosos na entrada e saída do estacionamento para alertar aos pedestres e aos motoristas dos veículos para os riscos de acidentes;

III- Placas de sinalização na entrada e saída do estacionamento;

Art. 2º - Os estabelecimentos que prestam serviços descritos no Artigo 1.º, bem como os estabelecimentos comerciais tais como lojas, shoppings centers, hospitais, estádios, mercados, ficam obrigados a instalar os equipamentos para segurança dos pedestres, para os fins determinados na presente Lei.

Art. 3º - Os equipamentos sinalizadores, placas de sinalização e pintura de faixas são custeados e mantidos pelo responsável pela operação do estabelecimento, obedecidas as normas de tráfego que regulamentam a mobilidade urbana, bem como as recomendações definidas pelos Conselhos de Trânsito.

Art. 4º - Os funcionários controladores do fluxo de entrada e saídas dos veículos deverão ser devidamente capacitados pelos estabelecimentos através de treinamento adequado por agentes de trânsito para orientar os motoristas a respeitar o pedestre e fiscalizar o bom funcionamento dos equipamentos de segurança especificados e determinadas por esta Lei.

Parágrafo Único - No prazo máximo de 180 dias, da publicação desta lei, os responsáveis terão que se adequar.

Art. 5º - A desobediência ou a inobservância de qualquer dispositivo desta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - Advertência por escrito notificando o infrator para sanar a irregularidade, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, sob pena de multa;

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

II - Não sanada a irregularidade será aplicada multa no valor de um Salário Mínimo vigente no Estado de São Paulo e o Alvará de Funcionamento ficará suspenso até que a irregularidade seja sanada;

III - Em caso de estabelecimentos novos, o Alvará de Funcionamento não será expedido na falta de qualquer dos equipamentos e obrigações dispostos nesta lei;

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro, 26 de fevereiro de 2015.



GERALDO LUIS DE MORAES
Vereador Geraldo Voluntário
Vice Líder DEM

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Justificativa

Trata a presente propositura de Projeto de Lei que dispõe sobre a responsabilidade dos estabelecimentos que guardam veículos e dá outras providências tendo em vista a segurança dos pedestres e evitar acidentes.

Neste sentido cabe despendar todos os esforços necessários para tornar o trânsito de nossa cidade ordenado em meio ao crescimento do número de veículos automotores e que os agentes da exploração econômica de estacionamentos tenham definidas as responsabilidades pela prevenção de acidentes em seu ramo de atividade.

Os riscos de acidentes aumentam em proporção direta ao aumento do número de estacionamentos.

Portanto se faz necessário que os agentes deste ramo de atividade tenham instituídos compromissos de responsabilidade social no setor.

A presente proposição tem por base conteúdos legais para mobilidade urbana do município de Curitiba, capital nacionalmente reconhecida pela qualidade de seu urbanismo.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO N.º020/2015 REFERENTE AO
PROJETO DE LEI N.º 020/2015 – PROCESSO N.º14345-333-15.

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 020/2015, de autoria do nobre Vereador Geraldo Luis de Moraes, o qual dispõe sobre a responsabilidade da sinalização de segurança para pedestres na entrada e saída de estacionamento, tais como faixas para pedestres, sinalizadores de alerta, placas de sinalização e dá outras providências.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

21/5 23

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Não obstante, trata-se de competência do Município complementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

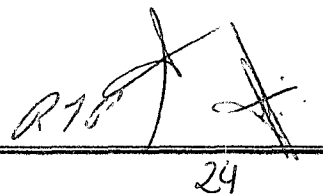
A competência para dispor sobre a referida matéria é concorrente, ou seja, tanto a iniciativa pode ser do Poder Executivo como do Legislativo.

A proposição não acarreta aumento de despesas ao Erário Público

No caso em apreço, o projeto de lei dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas privadas que prestam serviços de guarda de veículos de forma gratuita ou remunerada proverem segurança aos pedestres que transitam defronte a entrada e saída de veículos desses estacionamentos por meio de sinalizadores luminosos de alerta, faixa de segurança, placas sinalizadoras e orientação do fluxo de veículos pelos guardas das guaritas.

A proposta tem por objetivo a segurança dos pedestres a fim de evitar acidentes.

Todavia, sugerimos a apresentação de uma emenda modificativa ao inciso II, do artigo 5º, do presente Projeto de Lei, uma vez que o artigo 7º, inciso IV, da Constituição Federal veda a vinculação do salário mínimo para qualquer fim.



Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

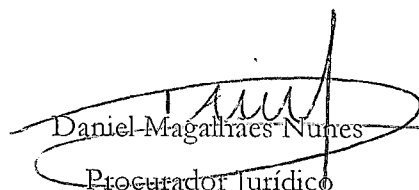
Dessa forma, sugerimos a seguinte redação para a Emenda Modificativa ao inciso II, do artigo 5º, do projeto em exame:

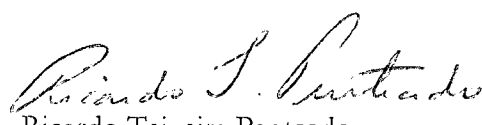
“Artigo 5º - (...)

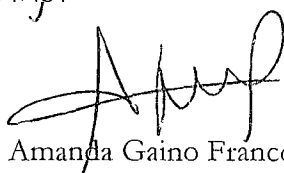
II – Não sanada a irregularidade será aplicada multa a ser regulamentada pelo Poder Executivo por meio de Decreto, sendo que o Alvará de Funcionamento ficará suspenso até que a irregularidade seja sanada;”

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de legalidade, com a ressalva acima mencionada.

Rio Claro, 11 de março de 2015.


Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.487


Ricardo Teixeira Penteado
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 139.624


Amanda Gaino Franco Eduardo
Procuradora Jurídica
OAB/SP nº 284.357

EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR GERALDO LUIS DE MORAES AO PROJETO DE LEI 020/2015

- 1) EMENDA MODIFICATIVA – A redação do inciso II, do Artigo 5º passa a ser a seguinte:
- 2)

“Artigo 5º

II – Não sanada a irregularidade será aplicada multa a ser regulamentada pelo Poder Executivo por meio de Decreto;

Rio Claro, 25 de março de 2015-03-31



Geraldo Luis de Moraes

Vereador - DEM

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 039/2015

(Dispõe sobre a proibição de trote estudantil nas instituições de ensino público e privado no município de Rio Claro e dá outras providências).

Artigo 1º - Fica vedada a prática de trote estudantil nas Instituições de Ensino, Médio e Superior, público e privado no município de Rio Claro.

Parágrafo 1º – Entende-se por trote estudantil a conduta de constranger estudante, em razão de sua condição de calouro, ofendendo sua integridade física, moral ou psicológica, expondo-o de forma humilhante ou vexatória, em violação ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

Parágrafo 2º – A prática de ações que visem à arrecadação de bens ou valores, independente da sua destinação, submetendo o calouro a tratamento desumano ou degradante, será considerada trote estudantil.

Parágrafo 3º – Comprovado que o estabelecimento de que trata o caput, por ação ou omissão, contribuiu para a ocorrência do trote, fica o agente responsável, sujeito às penalidades estabelecidas em regulamento, na proporção de sua culpa, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Parágrafo 4º - Os Estudantes que praticarem trote, no termos do parágrafo 1º e 2º, sujeitam-se às sanções estabelecidas em regulamento, sem prejuízo das sanções penais e civis cabíveis.

Artigo 2º - As Instituições de Ensino, de que trata o artigo 1º, ficam autorizadas a instaurar processo disciplinar contra o aluno que praticar trote estudantil, ainda que a conduta seja praticada fora de suas dependências, mas em razão das atividades estudantis, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal.

Artigo 3º - Caberá às Instituições de ensino de que trata o artigo 1º, incentivar a realização de atividades solidárias, com supervisão do corpo docente, através do estabelecimento de calendário de atividades e eventos destinados à recepção aos novos alunos, bem assim à plena conscientização quanto aos deletérios resultados da prática do trote estudantil.

Parágrafo 1º – As atividades visarão à integração na vida universitária, bem como o conhecimento das instalações, do funcionamento dos equipamentos coletivos e dos serviços disponíveis na instituição de ensino, como forma de integração entre alunos calouros e veteranos.

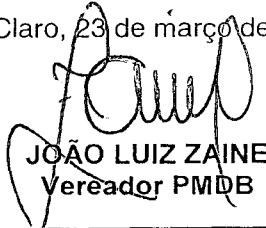
Parágrafo 2º – As Instituições de que trata o artigo 1º, veicularão informações a respeito do conteúdo desta Lei e de seu regulamento, em especial durante a primeira semana do período letivo.

Artigo 4º - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta das verbas próprias consignadas no orçamento.

Artigo 5º - Esta Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo no que lhe couber e for necessário.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Rio Claro, 23 de março de 2015.


JOÃO LUIZ ZAINE
Vereador PMDB

JUSTIFICATIVA

As celebrações inaugurais de anos letivos nas instituições de ensino superior, dentre as quais o trote é a mais conhecida, têm finalidades compreensíveis e louváveis. Contudo, a prática costumeiramente utilizada sob a égide do tradicionalismo, para recepcionar os estudantes calouros, tem se mostrado cada vez mais violenta, degradante e danosa, sendo causa inclusive, de várias lesões resultantes, quando não a incapacitação permanente ou a morte do calouro.

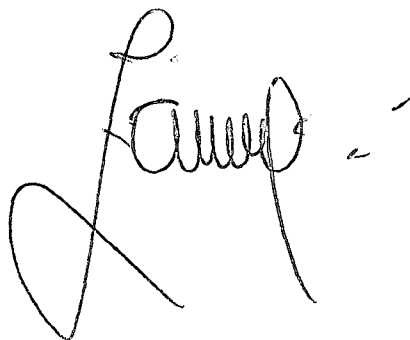
É certo que, nos termos da Constituição Federal, as universidades gozam de autonomia administrativa, estendendo-se tal autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica. Contudo, a autonomia dos estabelecimentos de ensino, conforme os ditames constitucionais supracitados, não se sobrepõe ao princípio da dignidade da pessoa humana, haja vista este ser o alicerce do Estado Democrático de Direito, consagrado na Constituição da República.

Nesse diapasão, ficou estabelecido na Carta Magna, como princípio fundamental, a dignidade da pessoa humana e, como direito fundamental, que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

Outrossim, não obstante a tipificação isolada das condutas inerentes aos trotes violentos encontradas no Código Penal, como por exemplo, crimes de lesão corporal, extorsão, constrangimento ilegal e até mesmo o homicídio, e ainda o fato de que esteja em votação, no Senado Federal, o Projeto de Lei nº 1023/95, que visa criminalizar o trote violento, dúvida não há quanto à necessidade de regulamentação da matéria em nível municipal, porquanto tratar-se de matéria de interesse local e de competência comum, o que garante a constitucionalidade do projeto de lei sob análise.

Nesse sentido, este projeto visa à repressão da adoção de práticas violentas e ofensivas a alunos ingressantes no ensino superior, uma vez que é intolerável a continuidade de práticas violentas e desumanas aos milhares de calouros, ano a ano.

Assim, acreditamos que a norma proposta contribuiu, tanto para a preservação da integridade dos calouros, como também para segurança e saúde pública, com reflexos positivos à coletividade.



Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 39/2015, REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 039/2015 – PROCESSO Nº 14366-354-15.

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 039/2015, de autoria do nobre Vereador João Luiz Zaine, que dispõe sobre a proibição de trote estudantil nas instituições de ensino público e privado no município de Rio Claro e dá outras providências.

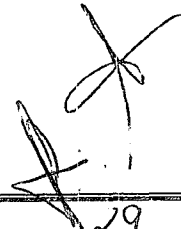
No tocante ao disposto no Projeto de Lei em análise, esta Procuradoria Jurídica esclarece o seguinte:

1- A competência para dispor sobre a referida matéria é concorrente, ou seja, tanto a iniciativa pode ser do Poder Executivo como do Legislativo.

2- A proposição não acarreta aumento de despesas ao Erário Público.

3- O Projeto de Lei em apreço encontra-se em consonância com os artigos 14, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro e art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal de 1988.

Neste sentido, o Município pode editar legislação própria com fundamento na autonomia constitucional que lhe é inerente (CF, art. 30, I e II), com o objetivo de proibir o trote estudantil no município de Rio Claro.

AIP 
29

Câmara Municipal de Rio Claro

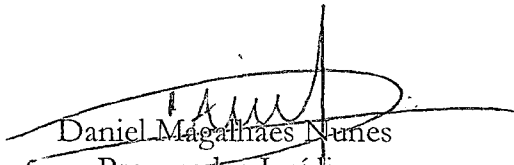
Estado de São Paulo

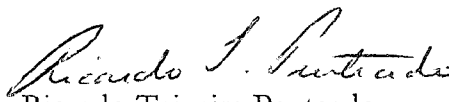
Portanto, conforme artigo 8.º, I e XVII da Lei Orgânica do Município, trata-se de competência deste a edição de Lei sobre assunto de interesse local, assim como estabelecer e impor penalidade por infração às suas leis e regulamentos.

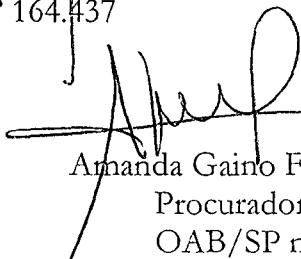
Ademais, a presente propositura não contraria qualquer dispositivo legal ou constitucional vigente, sendo assim, não encontra óbice para a tramitação.

Diante do exposto e consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço se reveste de **legalidade**.

Rio Claro, 31 de março de 2015.


Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437


Ricardo Teixeira Penteado
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 139.624


Amanda Gaino Franco Eduardo
Procuradora Jurídica
OAB/SP nº 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 039/2015

PROCESSO 14.366

PARECER Nº 040/2015

O presente Projeto de autoria do nobre Vereador João Luiz Zaine, dispõe sobre a proibição de trote estudantil nas instituições de ensino público e privado no município de Rio Claro e dá outras providências.

Opinamos pela **legalidade** do mesmo embasado no que dispõe o Jurídico desta Casa em seu Parecer.

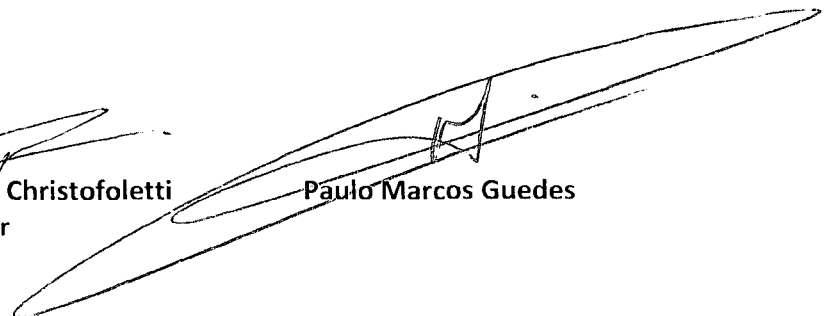
Rio Claro, 18 de maio de 2015 .



Agnelo da Silva Matos Neto



Anderson Adolfo Christofolletti
Relator



Paulo Marcos Guedes

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 039/2015

PROCESSO 14.366

PARECER Nº 030/2015

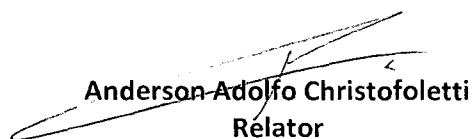
O presente Projeto de autoria do nobre Vereador João Luiz Zaine, dispõe sobre a proibição de trote estudantil nas instituições de ensino público e privado no município de Rio Claro e dá outras providências.

Opinamos pela **aprovação** do mesmo embasado no que dispõe o Jurídico desta Casa em seu Parecer.

Rio Claro, 18 de maio de 2015 .



Agnelo da Silva Matos Neto



Anderson Adolfo Christofolletti
Relator

Dalberto Christofolletti

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 040/2015

(Denomina de “EDNA MARIA DOS PASSOS DE SOUZA”, a Quadra Poliesportiva, localizada na Avenida Saburo Akamine entre as Avenidas 40-Se e 42-Se, no Bairro Santa Eliza).

Artigo 1º - Fica denominada de “EDNA MARIA DOS PASSOS DE SOUZA”, a Quadra Poliesportiva, localizada na Avenida Saburo Akamine entre as Avenidas 40-Se e 42-Se, no Bairro Santa Eliza.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro, 26 de março de 2015.


PR. ANDERSON A. CHRISTOFOLETTI
VEREADOR
2º Secretário



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

**** EDNA MARIA DOS PASSOS DE SOUZA ****

MATRÍCULA:

**** 115543 01 55 2015 4 00142 117 0072022-71 ****

SEXO ☒ FEMININO ☐ MASCULINO COR ☒ parda ☐ branca ESTADO CIVIL E IDADE ☐ casada - 55 ANOS DE IDADE

NATURALIDADE ☐ PLANURA-MG ☐ OUTRA DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ☐ RG 204806537 ☐ ELEITOR ☐ SIM ☐ NÃO

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA ☐ José Joaquim dos Passos e Antonia Maria de Souza ***
☐ RESIDENTE NA AVENIDA 9 Nº 1285, CENTRO, RIO CLARO, SP ***

DATA E HORA DO FALECIMENTO ☐ QUINZE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E QUINZE - ÀS 16:40 H ☐ DIA 15 ☐ MÊS 02 ☐ ANO 2015

LOCAL DE FALECIMENTO ☐ NO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE RIO CLARO, SP.

CAUSA DA MORTE ☐ PARADA CARDÍACA, FALÊNCIA DE MÚLTIPLOS ORGÃOS, INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA (MORTE NATURAL) ***

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO, SE CONHECIDO) ☐ SEPULTADO NO CEMITÉRIO SÃO JOÃO BATISTA DE RIO CLARO, SP. ☐ DECLARANTE ☐ ADEMIR DE SOUZA

NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO ☐ Dr. MICHAEL LUIZ DE ALMEIDA - CRM 155.799

OBSERVAÇÕES ☐ A finada era casada com Ademir de Souza em Rio Claro, SP aos 05/03/1988, era eleitora, não deixou bens a inventariar e não deixou testamento, deixando os seguintes filhos: Antônio, com 32 anos e Wagner, com 34 anos. Era o que me cumpria certificar. ***

REGISTRO CIVIL DE RIO CLARO
PAULO FERNANDO PIRES DA SILVEIRA - Oficial
RUA Nº 540, CENTRO - RIO CLARO - SP CEP: 13500-040
Tel/Fax: (19) 3524-5020
E-mail: crcioclaro@terra.com.br

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé
RIO CLARO, 25 de fevereiro de 2015

ANTONIO CARLOS MAZZEO JÚNIOR
ESCREVENTE AUTORIZADO
ISENTO DE EMOLUMENTOS

AUTENTICO a presente cópia apresentada nestas notas, a qual confere com o original apresentado. Autentico a presente cópia de documento digital conferindo a autenticidade por esta serventia na data de hoje, 27/02/2015, do que dou fé. VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE. Rio Claro-SP, 27/02/2015 Nº 2-75.



Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

AUTORIZAÇÃO

Eu Ademir de Souza, Brasileiro, Viúvo, Portador da cédula de Identidade RG: 22.638.067-1 SSP/SP e CPF: 123.368.168-06, Residente e domiciliado na Avenida 09, nº 1285 – bairro Saúde – Fone: (19) 3532-3636- Rio Claro, autorizo o Vereador Pr. Anderson Adolfo Christofolletti a elaborar Projeto de Lei que concede o nome "EDNA MARIA DOS PASSOS DE SOUZA", a Quadra Poliesportiva, localizada na Avenida Saburo Akamine entre as Avenidas 40Se e 42Se – no bairro Santa Eliza.

Rio Claro 30 de Março de 2015.


Ademir de Souza

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

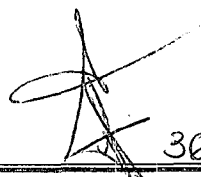
PARECER JURÍDICO Nº 040/2015 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI
Nº 040/2015, PROCESSO Nº 14370-358-15.

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 040/2015, de autoria do nobre Vereador Anderson Adolfo Christofolletti, que denomina de "Edna Maria dos Passos de Souza", a quadra poliesportiva, localizada na Avenida Saburo Akamine entre as Avenidas 40-SE e 42-SE, no Bairro Santa Elisa.

No tocante à denominação de próprios, vias e logradouros públicos, a Lei Orgânica do Município de Rio Claro exige o cumprimento dos seguintes requisitos:

1) Que a denominação não seja procedida com o nome de pessoas vivas (artigo 296). No caso, **não** foi juntada certidão de óbito da homenageada.

2) Que a denominação somente poderá ocorrer depois de concluída a construção do patrimônio, quando for o caso (artigo 106, Parágrafo único).



36

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

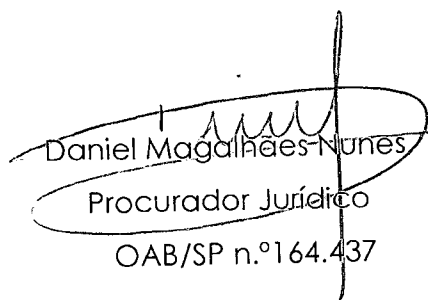
3) Que o próprio ou via pública ainda não tenha denominação.

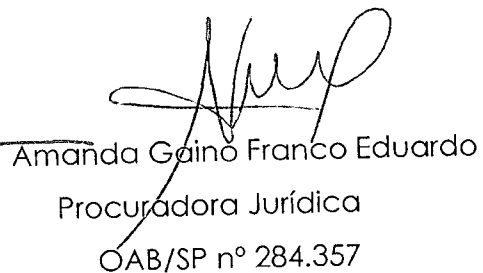
Portanto, esta Procuradoria Jurídica solicita, em caráter de urgência, que seja oficiado ao Poder Executivo Municipal indagando o seguinte:

a) Se a citada Quadra já tem denominação própria e se está devidamente concluída.

Outrossim, com a resposta afirmando que a Quadra Poliesportiva em questão não tem denominação e que já está concluída, bem como com a juntada da certidão de óbito da homenageada **o Projeto de Lei em apreço se revestirá de legalidade.**

Rio Claro, 13 de abril de 2015.


Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP n.º 164.437


Amanda Gainó Franco Eduardo
Procuradora Jurídica
OAB/SP n.º 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

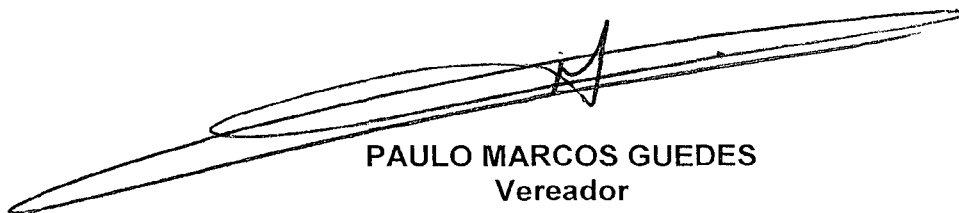
PROJETO DE LEI Nº 047/2015

(Denomina de “Jorcelino Quintino de Faria” a Unidade Básica de Saúde localizada na Avenida 62 A, entre o anel viário e a Rua 18 A, defronte ao número 1745, Orestes Armando Giovanni).

Artigo 1º - Fica denominada de “Jorcelino Quintino de Faria” a Unidade Básica de Saúde, localizada na Avenida 62 A, entre o anel viário e a Rua 18 A, defronte ao número 1745, Orestes Armando Giovanni.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Rio Claro, 01 de abril de 2015.



PAULO MARCOS GUEDES
Vereador

Justificativa

Senhor Jorcelindo Quintino de Faria nasceu dia 28 de dezembro de 1939, no município de Olímpia – Estado de São Paulo. Era filho de João Quintino de Faria e Rosalina Carolina de Jesus.

Casou-se com Maria de Lurdes Jardim de Faria, e dessa união nasceram os filhos: Rosa Eliana Jardim de Faria, John Vaine Jardim de Faria, Rosemary Jardim de Faria, Deuzinho Jardim de Faria, Adna Jardim de Faria e Silvio Jardim de Faria.

Mudou-se para Rio Claro no ano de 1960, onde atuou como um excelente comerciante, dono do tradicional Bar do Xerife, localizado na Avenida 72 com a Rua 8 A, São Miguel.

Homem probo, que adorava ajudar os amigos e os mais necessitados, trabalhando sempre para a comunidade em geral. Bom filho e esposo, e exemplar pai e avô, sua vida foi caracterizada por trabalho, perseverança, otimismo e solidariedade.

Em 28 de abril de 2014 veio a falecer.

Assim, diante de todo o exposto, conto com o inestimável apoio dos nobres pares para homenagearmos esse importante homem que foi Jorcelindo Quintino de Faria.

Nós, família do Senhor Jorcelino Quintino de Faria, representados por sua esposa Maria de Lurdes Jardim de Faria, viemos por meio desta, autorizar a denominação da Unidade Básica de Saúde, localizada na Avenida 62 A, entre o anel viário e a Rua 18 A, defronte ao número 1745, Orestes Armando Giovanni de “Jorcelino Quintino de Faria”, Projeto de Lei de autoria do vereador Paulo Marcos Guedes.

A handwritten signature in black ink, reading "Maria de Lurdes Jardim de Faria", is written over a horizontal line.

Maria de Lurdes Jardim de Faria



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME

** JORCELINDO QUINTINO DE FARIA **

MATRÍCULA:

** 115543 01 55 2014 4 00140 082 0070757-98 **

| | | |
|--|----------------------------|---------------------------|
| SEXO | COR | ESTADO CIVIL E IDADE |
| MASCULINO | branca | casado - 74 ANOS DE IDADE |
| NATURALIDADE | DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO | ELEITOR |
| OLIMPIA - SP | RG 86066365 | STM |
| FILIAÇÃO E RESIDENCIA | | |
| Joao Quintino de Faria e Rosalina Carolina de Jesus *** RESIDENTE NA AVENIDA 74-A-Nº 1129, SÃO MIGUEL, RIO CLARO, SP *** | | |
| DATA E HORA DO FALECIMENTO | | |
| VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E QUATORZE - ÀS 23:40 H | | |
| DIA | MES | ANO |
| 28 | 04 | 2014 |
| LOCAL DE FALECIMENTO | | |
| NO PRONTO SOCORRO CERVEZÃO, JARDIM CERVEZÃO, RIO CLARO, SP | | |
| CAUSA DA MORTE | | |
| INSUFICIÊNCIA RESPIRATORIA AGUDA, LINFANGITE CARCINOMATOSO PULMONAR, METASTASE PULMONAR, NEOPLASIA MALIGNA ESOFAGICO (MORTE NATURAL) *** | | |
| SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO(MUNICIPIO E CEMITERIO, SE CONHECIDO) | | DECLARANTE |
| SEPULTADO NO CEMITERIO SÃO JOÃO BATISTA DE RIO CLARO, SP. | | ROSEMARY JARDIM DE FARIAS |
| NOME E NUMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO | | |
| DR. FARTO RENATO HILSDORE - CRM 144.644 | | |
| OBSERVAÇÕES | | |
| O falecido nasceu em 04/04/1940, em Rio Claro, SP, filho de João Quintino de Faria e Rosalina Carolina de Jesus. Casado, com 4 filhos, 3 filhos e 1 filha. Faleceu em 28/04/2014, às 23:40h, no Pronto Socorro Cervezão, Jardim Cervezão, Rio Claro, SP, vítima de insuficiência respiratória aguda, linfangite carcinomatosa pulmonar, metástase pulmonar, neoplasia maligna esofágica (morte natural). O corpo foi encaminhado para o Instituto de Medicina Legal, Rio Claro, SP, para exame de corpo de delito. | | |

REGISTRO CIVIL DE RIO CLARO
PAULO FERNANDO PIRES DA SILVEIRA - Oficial
RUA 5º 540, CENTRO - RIO CLARO - SP CEP. 13500-040
Tel/Fax (19) 3524-5020
E-mail: crcnclaro@fena.com.br

O conteúdo da certidão é verdadeiro, Dou fe
RIO CLARO, 07 de maio de 2014

ANTONIO CARLOS MAZZEO JUNIOR
ESCREVENTE AUTORIZADO

ISENTO DE EMOLUMENTOS

115543-01-55-2014-4-00140-082-0070757-98

HISTÓRICO

Senhor Jorcelindo Quintino de Faria nasceu dia 28 de dezembro de 1939, no município de Olímpia – Estado de São Paulo. Era filho de João Quintino de Faria e Rosalina Carolina de Jesus.

Casou-se com Maria de Lurdes Jardim de Faria, e dessa união nasceram os filhos: Rosa Eliana Jardim de Faria, John Vaine Jardim de Faria, Rosemary Jardim de Faria, Deuzinho Jardim de Faria, Adna Jardim de Faria e Silvio Jardim de Faria.

Mudou-se para Rio Claro no ano de 1960, onde atuou como um excelente comerciante, dono do tradicional Bar do Xerife, localizado na Avenida 72 com a Rua 8 A, São Miguel.

Homem probo, que adorava ajudar os amigos e os mais necessitados, trabalhando sempre para a comunidade em geral. Bom filho e esposo, e exemplar pai e avô, sua vida foi caracterizada por trabalho, perseverança, otimismo e solidariedade.

Em 28 de abril de 2014 veio a falecer.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo


PARECER JURÍDICO Nº 047/2015 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI
Nº 047/2015, PROCESSO Nº 14378-366-15.

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 047/2015, de autoria do nobre Vereador Paulo Marcos Guedes, que denomina de "Jorcelino Quintino de Faria" a Unidade Básica de Saúde localizada na Avenida 62-A, entre o anel viário e a Rua 18-A, defronte ao número 1745, Orestes Armando Giovanni.

No tocante à denominação de próprios, vias e logradouros públicos, a Lei Orgânica do Município de Rio Claro exige o cumprimento dos seguintes requisitos:

1) Que a denominação não seja procedida com o nome de pessoas vivas (artigo 296). No caso, foi juntada certidão de óbito do homenageado.

2) Que a denominação somente poderá ocorrer depois de concluída a construção do patrimônio, quando for o caso (artigo 106, Parágrafo único).



43


3) Que o próprio ou via pública ainda não tenha denominação.

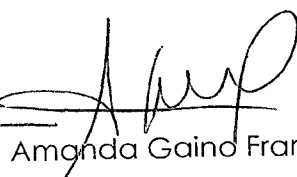
Portanto, esta Procuradoria Jurídica solicita, em caráter de urgência, que seja oficiado ao Poder Executivo Municipal indagando o seguinte:

a) Se a citada Unidade já tem denominação própria e se está devidamente concluída.

Outrossim, com a resposta afirmando que a Unidade Básica de Saúde em questão não tem denominação e que já está concluída, **o Projeto de Lei em apreço se revestirá de legalidade.**

Rio Claro, 09 de abril de 2015.


Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP n.º 164.437


Amanda Gaino Franco Eduardo
Procuradora Jurídica
OAB/SP nº 284.357



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Ofício GP. 719/15

Rio Claro, 03 de junho de 2015.

Excelentíssimo Senhor:

Em atenção ao Projeto de Lei nº 047/2015, vimos informar a Vossa Excelência que, segundo parecer da Fundação Municipal de Saúde, a referida Unidade não está concluída e a nomenclatura da mesma é Unidade de Saúde da Família (USF).

Na oportunidade, renovamos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

Eng. PALMINIO ALTIMARI FILHO

Prefeito de Rio Claro

Exmo. Sr.

JOÃO LUIZ ZAINÉ

DD. Presidente da Câmara de

Rio Claro/SP

2015 JUN 03 14:00

2015 JUN 03 14:00

45

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR PAULO MARCOS GUEDES
AO PROJETO DE LEI Nº 047/2015.

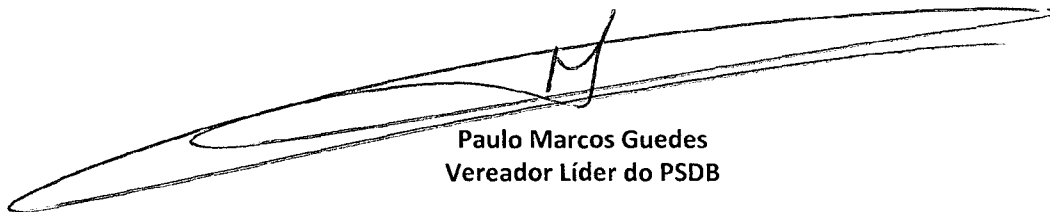
1) EMENDA MODIFICATIVA – Onde se lê:

...Unidade Básica de Saúde,...

leia-se,

...Unidade de Saúde da Família (USF)...

Rio Claro, 11 de junho de 2015.



Paulo Marcos Guedes
Vereador Líder do PSDB

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 048/2015.

(Denomina de "UBS DR. EDUARDO REIS", a Unidade Básica de Saúde Mãe Preta / Vila Verde, localizada à Rua 19 RV entre Ruas 11RV e 12 RV – Bairro Jardim Vila Verde – Rio Claro – SP.)

Artigo 1º - Fica denominada de "UBS DR. EDUARDO REIS", a Unidade Básica de Saúde Mãe Preta / Vila Verde, localizada à Rua 19 RV entre Ruas 11 RV e 12 RV – Bairro Jardim Vila Verde – Rio Claro – SP.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro, 6 de Abril de 2015.



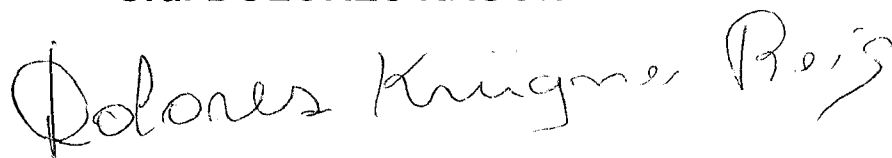
JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU
Vereador "Julinho Lopes"
Vice-Presidente
Líder do PP

ANUÊNCIA

A família do **Doutor EDUARDO REIS** (Ginecologista/Obstetra), representada pela sua genitora **Senhora DOLORES KRUGNER REIS**, **DECLARA** que é com grande honra e orgulho que aceita a homenagem de denominação de próprio público (UBS Unidade Básica de Saúde Mãe Preta / Vila Verde), localizada à Rua 19 RV entre Ruas 11RV e 12 RV – Bairro Jardim Vila Verde – Rio Claro SP, através de Lei Municipal, de iniciativa do Vereador JULINHO LOPES.

Rio Claro, 6 de Abril de 2015.

Sra. DOLORES KRUGNER REIS

A handwritten signature in black ink, reading "Dolores Krugner Reis". The signature is written in a cursive, flowing style.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

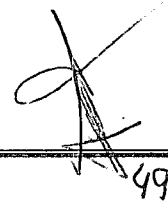
PARECER JURÍDICO Nº 048/2015 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI
Nº 048/2015, PROCESSO Nº 14380-368-15.

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 048/2015, de autoria do nobre Vereador José Julio Lopes de Abreu, que denomina de "UBS Dr. Eduardo Reis" a Unidade Básica de Saúde Mãe Preta/Vila Verde, localizada à Rua 19 RV entre Ruas 11 RV e 12 RV – Bairro Jardim Vila Verde – Rio Claro-SP.

No tocante à denominação de próprios, vias e logradouros públicos, a Lei Orgânica do Município de Rio Claro exige o cumprimento dos seguintes requisitos:

1) Que a denominação não seja procedida com o nome de pessoas vivas (artigo 296). No caso, não foi juntada certidão de óbito do homenageado.

2) Que a denominação somente poderá ocorrer depois de concluída a construção do patrimônio, quando for o caso (artigo 106, Parágrafo único).



49

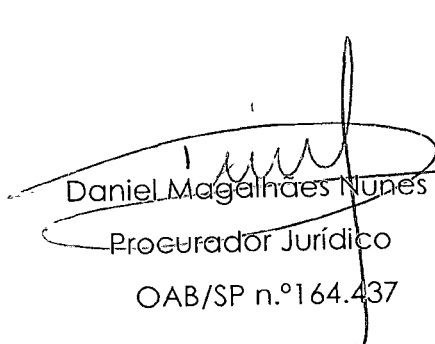
3) Que o próprio ou via pública ainda não tenha denominação.


Portanto, esta Procuradoria Jurídica solicita, em caráter de urgência, que seja juntada certidão de óbito do homenageado, bem como que seja oficiado ao Poder Executivo Municipal indagando o seguinte:

a) Se a citada Unidade já tem denominação própria e se está devidamente concluída.

Outrossim, com a juntada da certidão de óbito e com a resposta afirmando que a Unidade Básica de Saúde em questão não tem denominação e que já está concluída, **o Projeto de Lei em apreço se revestirá de legalidade.**

Rio Claro, 09 de abril de 2015.


Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP n.º 164.437


Amanda Gaino Franco Eduardo
Procuradora Jurídica
OAB/SP n.º 284.357